
Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Abrantes – Ata nº 05/2022

Data – 04-03-2022

Início – 09.30 horas

Local – Cidade de Abrantes, no auditório do Edifício Pirâmide – Alto de Santo António

Termo – 10.40 horas

Presenças:

Presidente	Manuel Jorge Séneca da Luz Valamatós Reis (PS)
Vereadores	João Carlos Caseiro Gomes (PS) Celeste Maria Ferreira Riachos Simão (PS) Luís Filipe Correia Dias (PS) Helena Raquel Olhicas Frade de Jesus (PS) Vitor Manuel Piedade Moura (PPD/PSD) Vasco Guilherme Pissarreira Coelho Damas (ALTERNATIVAcom)

A Chefe da Divisão Administrativa – Catarina Alexandra Justino Santos



Resumo Diário da Tesouraria de 03-03-2022:

a) Dotações Orçamentais	12.979.502,90€
b) Dotações não Orçamentais.....	64.234,89€

Total das Disponibilidades 13.043.737,79€



O Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram nove horas e trinta minutos, não tendo sido registada qualquer manifestação de interesse por parte do público em intervir na reunião.



INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

(artigo 52º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

O Presidente da Câmara deu conhecimento do ponto de situação relativamente à doença COVID-19 no concelho de Abrantes, salientando que na véspera da reunião se registaram 24 novos casos de infeção, num total acumulado de 352 casos nos últimos 14 dias. A tendência atual é decrescente o que torna o cenário mais favorável.

Quanto à vacinação, no Centro de Vacinação Contra a Covid-19 de Abrantes, instalado no Quartel dos Bombeiros, foram administradas um total de 90450 vacinas contra a COVID-19, sendo 24850 respeitantes à terceira dose da vacina.

O Centro de Vacinação mantém-se em funcionamento na modalidade "Casa Aberta" para reforço de vacinação contra a Covid-19 para todas as pessoas com mais de 18 anos e, desde o dia 1 de março, passou a funcionar apenas às terças, quintas e sábados, das 9h às 13h.

Tomado conhecimento.



A propósito do reforço de médicos de família no concelho, salientou que, na extensão de saúde de Mouriscas, a nova médica de família irá iniciar funções no próximo dia 8 de março. Também no Centro de Saúde de Alferrarede será feito um reforço da equipa, com uma outra médica nalguns dias da semana.

Fez notar também alguma preocupação com a extensão de saúde em Rio de Moinhos, que também assegura o atendimento de utentes de Aldeia do Mato e Souto, salientando que a questão do reforço está a ser tratada pelo ACES e acompanhada pelo Município de Abrantes.

Tomado conhecimento.



Manifestou também preocupação e consternação quanto ao que está a acontecer na Ucrânia e que a todos preocupa, como aliás resultou das intervenções na última Assembleia Municipal. Informou que o Município de Abrantes tem disponível, desde o dia 4 de março, uma Plataforma Municipal, onde se inclui um Gabinete de Apoio ao Povo Ucraniano com o objetivo de acolher e de integrar as pessoas provenientes deste país.

Este gabinete está sediado no serviço de ação social da Câmara Municipal e conta com a colaboração de um profissional Luso-Ucraniano, assim como técnicos de ação social do Município. Pretende-se com esta plataforma, que funcionará em interligação com a Rede Social de Abrantes, apoiar refugiados ucranianos ao nível do alojamento, alimentação, saúde, educação e todas as questões relacionadas com a empregabilidade.

Contacto do gabinete: 967426700 e e-mail: abranteresunidapelaucrania@cm-abrantes.pt

Disse que o Município de Abrantes agradece a solidariedade manifestada pelos cidadãos abrantinos e que está atento e a acompanhar todas as necessidades, quer do ponto de vista do ponto de vista logístico, quer depois nas ações em concreto, por forma a conseguir que a nossa comunidade também esteja presente neste infeliz conflito.

Disse ainda que, nos próximos dias serão recebidas 32 pessoas vindas da Ucrânia, num trabalho de articulação deste gabinete com instituições e com grupos informais de cidadãos.

Tomado conhecimento.



O Presidente da Câmara deu conta da sentença proferida pelo TAF – Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria em 22/02/2022, que, julga totalmente procedente a ação proposta pelo Município de Abrantes contra a RPP Solar e a RPP SGPS, condenando ambas as Rés no pagamento ao Município de Abrantes da quantia de 1.136.414,00€, acrescida de juros de mora a contar da citação e até efetivo e integral pagamento.

Tomado conhecimento.



Deu nota de que entrou em funções oficialmente a 2ª EIP – Equipa de Intervenção Permanente dos Bombeiros de Abrantes, no dia 1 de março, tratando-se de uma equipa que assume um papel importantíssimo no socorro às populações.

Tomado conhecimento.



Informou que, nos próximos dias 5 e 6 março irá decorrer no Tagusvalley - Parque Ciência e Tecnologia, em Alferrarede, a Feira da Proteção Civil e Cidadania numa organização da Junta Regional de Escuteiros com o apoio do Município, convidando todos a estar presentes.

Tomado conhecimento.



VEREADOR LUÍS DIAS

O Vereador Luís Dias fez uma breve referência ao que está a acontecer na Ucrânia, enaltecendo a ação imediata do Município de Abrantes, da Rede social e da própria sociedade civil, para apoio a este imenso drama humanitário que flagelou a Europa e concretamente o povo ucraniano. Salientou que era importante que não se transmitisse a ideia de que há aqui uma “russofobia”, porque, de facto, o povo russo também está a ser altamente flagelado, seguramente por uma

liderança que a todos transtorna neste momento. É também importante que jamais se esqueça aquilo que acontece também noutras geografias de guerra e que nos atormentam, designadamente na Síria, no Afeganistão no Sudão e também em Moçambique, porque, para além deste apoio ao povo ucraniano, que está a ser feito de uma forma extraordinária, não se podem esquecer outros conflitos.

Tomado conhecimento.



VEREADOR VÍTOR MOURA

O Vereador Vítor Moura abordou a Feira de São Matias, que está a decorrer, dizendo que não deu conta de que existam mais expositores, mas que a feira está mais bonita, apresentando uma disposição estética diferente do habitual. Pelo menos nesse ponto de vista, considera que melhorou bastante.

Referiu-se também à roda gigante, dizendo que aquela roda ali, com o regresso do espelho de água, só poderá ficar bonita. Gostaria de a ver ficar ali para sempre, porque isso seria sinal que haveria população para dar movimento à roda durante todo o ano.

Disse ter sabido que a autarquia terá pago 15.000€ para instalação da roda gigante e que os feirantes deixaram de pagar os terrados (espaços) que ocupam. Segundo referiu, isto significa que a feira é fraca e que a autarquia sente a necessidade de “colocar dinheiro em cima da feira”, atraindo feirantes e também público.

Teceu mais algumas considerações relativamente ao investimento da autarquia neste espaço, sublinhando que, se continuar assim, poderá aspirar ter uma Disneylândia Abrantes dentro de alguns anos e aí ter-se a maior feira do país.



Fez referência a comentários que terão sido tecidos por um orador do Partido Socialista na última sessão da Assembleia Municipal relativamente ao que terá dito acerca da escolha dos eleitores nas últimas eleições, aproveitando para justificar essas suas afirmações e proferir alguns esclarecimentos relativamente à sua posição e à do Partido Social Democrata.

Disse também ter sido comentada na mesma sessão a sua posição acerca de ofertas dos Serviços Municipalizados de Abrantes aos consumidores que lá se deslocam, que apelidou de prendinhas. Aproveitou para reforçar a sua crítica a este gasto, independentemente de as verbas que o suportaram estarem justificadas, seja por dinheiro proveniente da Europa ou do Município de Abrantes. Disse que o dinheiro é para se gastar onde é necessário e que este gasto seria evitável.

Falou também nos investimentos na infraestruturação do saneamento, aos quais a empresa concessionária já não se encontra obrigada e que terá que ser o Município de Abrantes a suportar

através do seu orçamento. Disse que é importante falar que falta saneamento no concelho e até na zona urbana há locais que não têm saneamento básico.

□□

Abordou também a questão da guerra que disse ser contra a Europa democrática e civilizada e não uma guerra entre a Rússia e Ucrânia.

Tecendo algumas considerações sobre o que está em causa, salientou também a sua disponibilidade para acolher quatro cidadãos ucranianos.

Tomado conhecimento.

□□□

VEREADOR VASCO DAMAS

O Vereador Vasco Damas começou por partilhar a sua opinião sobre o conceito de "estar dentro ou estar fora" que o Presidente da Câmara tem repetido ao longo das últimas reuniões.

Sublinhou que "estar dentro" não pode, em momento algum ser confundido com unanimismo e a crítica, a sugestão, a proposta ou a Alternativa não são sinónimo de "estar fora".

Referiu que a história diz que, quanto mais forte, atenta, competente, vigilante, construtiva e informada for a oposição, mais forte tenderá a ser quem exerce as funções de poder.

Disse que respeitará sempre as decisões, mas não se demitirá da sua responsabilidade enquanto eleito local, de chamar a atenção de tudo aquilo que possa ser feito de maneira diferente, desde que, na sua opinião, isso tenha um impacto positivo no resultado coletivo.

Disse que esta é a 10ª reunião deste executivo municipal, que esteve presente em 9 dessas reuniões e aprovou mais de 95% das propostas. Perguntou se isto não significa "estar dentro". Referiu que, como também teve oportunidade de afirmar na última reunião, as suas perguntas, mesmo as mais incómodas, também permitem que as respostas sirvam de esclarecimento para muitas dúvidas dos cidadãos abrantinos.

Disse serem críticos, mas também estão disponíveis para dialogar. Não somos intransigentes e sabemos ceder. Vejam o exemplo daquilo que aconteceu quando, há duas reuniões, alterei o meu sentido de voto em relação às obras no Cineteatro São Pedro por causa dos esclarecimentos prestados pelo vice-presidente João Gomes.

Referiu ainda que, enquanto for o líder do Movimento ALTERNATIVAcó, oposição nunca rimará com destruição, rimará sim, sempre com construção.

Por tudo reafirmou que o Movimento ALTERNATIVAcó "está dentro" e que não deverá haver qualquer dúvida.

Em seguida, o Vereador Vasco Damas agradeceu à Vereadora Raquel Olhicas o reenvio do Relatório referente aos Estratos Sociais Desfavorecidos, mas salientou a persistência de alguns erros. Apesar de reconhecer que o importante é enfatizar-se os apoios, disse que não deixa também de ser importante, o rigor com que estes dados são trabalhados e apresentados. Sublinhou que considera que, mais importante que dar o peixe e ensinar-se a pescar, pelo que se pode aproveitar este estudo para realinhar a estratégia local de apoio aos mais desfavorecidos.

Tomado conhecimento.



O Vereador Vasco Damas informou que, no sábado, dia 26 de fevereiro, esteve presente na Taberna da Amália para assistir ao lançamento do livro de poesia "Maré Rimada" escrito por Luís Fernandes, um jovem abrantino particularmente talentoso, numa noite simpática e de divulgação da cultura, da cidade, do concelho e da região. A pedido do autor, e se o Presidente da Câmara o permitir, entrega um exemplar do livro ao Vereador da Cultura, Luís Dias, para que a obra possa estar à disposição de quem a quiser procurar na Biblioteca Municipal António Botto, em Abrantes.



Em seguida, a propósito do programa +Comércio, o Vereador Vasco Damas solicitou que lhe fosse facultada a listagem oficial – quantitativa e nominativa – das empresas que já foram apoiadas desde o início deste programa de incentivos a criação de empresas.



Disse que o Município de Ourém se recusou a assinar a delegação de competências na área da saúde, pela discordância no valor do pacote financeiro proposto pelo governo – nomeadamente pela não elegibilidade dos custos com a luz, os telefones, segurança, gás, água, combustíveis e o vencimento de assistentes operacionais. Referiu que em Ourém há uma diferença de 140 mil euros.

Questionou o Presidente da Câmara se estas despesas foram salvaguardadas e se se sente confortável com o acordo assinado em Abrantes. Perguntando doutra forma, questionou quanto vai o município receber e quanto já está a pagar pela assunção desta delegação de competências.



Voltou a fazer referência à Feira de S. Matias. Apesar de reconhecer a evolução, o bom é inimigo do ótimo e ainda há um caminho de melhoria a percorrer. Disse que terá todo o gosto em partilhar a sua opinião para melhorar, ainda mais, um evento que deve ser defendido por todos os abrantinos.

O Vereador Vasco Damas apresentou os parabéns à atleta Susana Estriga pela sua prestação no Campeonato da Europa de Veteranos que decorreu no último fim-de-semana em Braga. Disse que a Susana Estriga continua a ser uma campeã que tem dignificado os nomes de Abrantes e Tramagal fazendo-os chegar muito longe.



Terminou a sua intervenção mostrando a sua solidariedade com a Ucrânia e com toda a comunidade ucraniana. Que se faça luz e que a paz seja restabelecida.



PRESIDENTE DA CÂMARA

O Presidente da Câmara felicitou igualmente o escritor abrantino, Luís Fernandes, que lançou o livro de poesia "Maré Rimada".

Da mesma forma, felicitou a atleta abrantina Susana Estriga pela sua prestação no Campeonato da Europa de Veteranos.



Relativamente à Feira de São Matias disse que a informação que lhe vai chegando é de que a disposição e a linguagem são mais atrativas. Há um conjunto de pormenores que valorizam a feira, como a iluminação e a animação para os mais novos.

Há ainda muito caminho para percorrer, mas a recente intervenção nas infraestruturas elétricas do Aquapolis Sul, a iluminação e a roda gigante, apesar de significarem um investimento, são uma forma de valorizar estes eventos e de lhes dar dinâmica e grandeza. Apesar disso, há a preocupação constante na sustentabilidade deste evento e de todos os outros, para uma boa gestão do dinheiro público.



Esclareceu o Vereador Vasco Damas que, quando se refere ao estar dentro ou fora não é no sentido de desprestigiar a oposição. Não estão sempre de acordo nas opções e é por isso que por vezes pede que seja reconhecida a vontade do povo, manifestada no resultado eleitoral.

Os vereadores da oposição têm muito para dar e contribuir e devem evitar-se discussões estéreis. É possível estarem mais vezes juntos do que afastados.

Disse que quando se lida com os assuntos é que se percebem as suas dificuldades e que há situações reais que escapam a quem está de fora. Quando se refere ao estar de fora não é para desvalorizar nem para por em causa a legitimidade dos vereadores.

O Vereador Vasco Damas salientou que não existem dúvidas de que está dentro.

O Presidente da Câmara esclareceu que não foi ainda assinado o auto de transferência de competências na área da saúde. Esta questão é uma questão natural para quem não lida diariamente com os processos. Quem está de fora. O Vereador Vasco Damas estará dentro da discussão, mas não exercendo funções executivas, estará fora, como é natural.

Não foi assinado porque não se chegou a acordo final, exatamente pela razão do valor das despesas. O processo ainda está em negociação e quando estiverem reunidas as condições dará conta disso e será feita a assinatura do auto de transferência.

□□

Relativamente ao pedido apresentado sobre o Programa +Comércio, será feita informação pelos serviços.

□□

O Presidente da Câmara respondeu ao Vereador Vitor Moura pedindo-lhe que, que se conhecer algum local no concelho sem saneamento, o favor de o identificar para que possa ser dada resposta. Disse que há rede de saneamento no concelho e nos locais onde por questões técnicas ou ambientais existem fossas sépticas é feita a recolha.

□□

Esclareceu ainda que nos Serviços Municipalizados de Abrantes não se dão prendinhas. Trata-se de uma campanha de sensibilização para o consumo adequado da água e para as questões ambientais. São mecanismos de sensibilização e são ações que irão continuar a fazer-se.

□□□

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR – INTERVENÇÕES

(artigo 57º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

Foi aprovada, por unanimidade, a parte da ata relativa às intervenções do executivo da reunião anterior.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.

□□□

ORDEM DO DIA

Conforme consta de documento que se anexa à presente ata

(artigo 53º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

1. Gabinete de Apoio à Presidência

GAP - Nº 01 – Para conhecimento, o Presidente da Câmara, apresentou o ofício nº 04 da Assembleia Municipal, de 28 de fevereiro de 2022, que remete as seguintes deliberações aprovadas em minuta e os respetivos processos relativos à ordem de trabalhos da sessão ordinária daquele órgão que decorreu no passado dia 25 de fevereiro, que serão anexadas aos respetivos processos. - PG

- Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos para o ano de 2022 – SMA;
- Autorização para assunção de compromisso plurianual no âmbito do contrato para “Fornecimento de combustíveis líquidos (gasóleo e gasolina)” para a frota municipal (máquinas e viaturas), em regime de fornecimento contínuo, estimando-se que o valor do contrato ascenda a 600.000,00€, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, para um período de vigência de 36 meses;
- Declaração de renúncia do protocolo de cedência de instalações da antiga Escola Primária do Crucifixo, por parte da Junta de Freguesia de Tramagal;
- Autorização da celebração de contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia do Concelho, com exceção da União das Juntas de Freguesia de Alvega e Concavada, para realização de obras nas Freguesias, que ascendem a 965.439,00€;
- Nomeação da entidade “Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associado, S.R.O.C.” como responsável pela certificação legal de contas do Município, bem como deliberar no sentido da realização autónoma da certificação legal das contas individuais do Município e dos Serviços Municipalizados;
- Designação de elemento para a CPCJ;
- Transferência de Competências para os Órgãos Municipais e para as Entidades Intermunicipais no domínio da Ação Social;
- Nomeação do Conselho Municipal de Educação (CME);
- Carta Social Municipal do Concelho de Abrantes – “Uma estratégia de intervenção social integrada”;
- Proposta de recomendação - Procedimento especial, simplificado e transitório, para correção da agregação de freguesias – ALTERNATIVAcom;
- Proposta de recomendação - Pelo Reforço da Imprensa Local e Regional, ao Serviço da Democracia e do Pluralismo – ALTERNATIVAcom;

- Proposta de recomendação - Água - Um bem escasso, um bem valioso! - PSD.

Tomado conhecimento.



2. Serviço Municipal de Proteção Civil

SMPC - Nº 01 – Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo o seu despacho que aprovou o pedido de autorização prévia para a ação de rearborização apresentado ao ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P, conforme quadro seguinte:

nº	Requerente	Espécie/área	Local e freguesia	Despacho	Inf. SIG/SOT	PG
01	Joaquim da Silva Bairrão	Sobreiro - 3,31ha	Vale dos Poços- UF S Facundo e Vale das Mós	18/02/2022	20/01/2022	860276

Tratando-se de competência da Câmara Municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu o Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o despacho do Presidente da Câmara que aprovou o pedido de autorização prévia para a ação de rearborização apresentado ao ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 4º do o Decreto-Lei nº 96/2013, de 19 de julho, na atual redação, nos termos e com os fundamentos e condicionalismos referidos pelo SIG/SOT da Divisão do Urbanismo e do Gabinete Técnico Florestal do Serviço Municipal de Proteção Civil.



3. Divisão Financeira

DF - Nº 01 – Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, referente a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 23 de fevereiro de 2022, dando conta que a CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, apresentou um pedido de reforço ao cabimento e compromisso efetuado para comparticipação de despesa relativa ao PART - Programa de Apoio à Redução Tarifária - 2º semestre do ano 2021. Tal pedido, resulta do apuramento de valores faturados (reais) da execução do 2º semestre do PART e das compensações aos Operadores de Transporte pela realização de serviços essenciais de transporte público. O cabimento foi reforçado no montante solicitado de 9.998,52€ e o compromisso será reforçado ao abrigo dos fundos disponíveis para fevereiro. Mais se informa que, o montante total a transferir para a CIMT, referente à comparticipação PART do ano 2021,

ascenderá 74.725,66€, dos quais já foram transferidos 36.041,03€, restando o montante de 38.684,63€ a transferir após aprovação do pedido de reforço apresentado. – PG 823657

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o pedido da CIMT - Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, para reforço ao cabimento e compromisso efetuado no âmbito da comparticipação de despesa relativa ao PART - Programa de Apoio à Redução Tarifária - 2º semestre do ano 2021, nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 23 de fevereiro de 2022.



DF - Nº 02 – Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, referente a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 22 de fevereiro de 2022, dando conta que o Agrupamento Nº 1 de Abrantes, apresentou despesa referente ao pagamento do domínio de internet referente ao ano 2022, no valor de 25,83€ (vinte e cinco euros e oitenta e três cêntimos). – PG 861845

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a despesa apresentada pelo Agrupamento Nº 1 de Abrantes, referente ao pagamento do domínio de internet referente ao ano 2022, nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 22 de fevereiro de 2022.



DF - Nº 03 – Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, referente a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 21 de fevereiro de 2022, remetendo para aprovação, despesa no montante de 15.000,00€ (quinze mil euros), para atribuição de apoio à União de Freguesias de Abrantes e Alferrarede, com vista à aquisição de uma carrinha de 9 lugares, para transporte escolar das crianças. – PG 875472

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a atribuição de apoio no montante de 15.000,00€ (quinze mil euros), à União de Freguesias de Abrantes e Alferrarede, com vista à aquisição de uma carrinha de 9 lugares, para transporte escolar das crianças e submeter à Assembleia Municipal, conforme disposto na alínea j) do nº 1 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.



DF - Nº 04 – Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, no seguimento de uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 16 de fevereiro de 2022, acerca de um pedido do Serviço Municipal de Proteção Civil, remete para ratificação do órgão executivo, o seu despacho de 17 de fevereiro de 2022, que aprovou a abertura de procedimento para "Manutenção da Rede Secundária DFCI Faixas de Gestão de Combustível confinantes com a Rede Viária Municipal Manutenção de Rede Viária Florestal – 3.ª Ordem", cujo valor máximo do

benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar ascende a 178.325,16€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Mais aprovou que, nos termos da regra geral de escolha do procedimento:

- Fosse adotado, como procedimento prévio à contratação, o Concurso Público s/ publicitação no JOUE, previsto na alínea b) do nº 1 artigo 20.º do CCP, na atual redação, a desenvolver nos termos dos artºs 112º a 127º;
- Fossem aprovadas as peças do procedimento (programa de concurso elaborado de acordo com o disposto no artigo 132.º do CCP e caderno de encargos elaborado nos termos do artº 42º do CCP, contendo as cláusulas a incluir no contrato a celebrar);
- O contrato vigore nos termos do disposto na cláusula 6ª do caderno de encargos (até 31 de julho); - que seja definido o prazo de 9 dias para apresentação das propostas;
- Fossem designados como membros do júri do procedimento os seguintes colaboradores: Membros efetivos: Presidente: Inês Mariano; 1º Vogal: Alexandra Rodrigues; 2º Vogal: Pedro Pires; Suplentes: Elsa Mendes; Ana Neves;
- Fossem delegadas no Júri do Concurso, as competências do órgão competente, conforme previsto no nº 2 do artº 69º e no artº 109º do CCP;
- Fosse definido como critério de adjudicação o previsto na al. b) do nº 1 do artº 74º do CCP (monofactor - mais baixo preço);
- Para cumprimento do estipulado no nº 1 do artº 290º-A do CCP, fosse nomeado como gestor do contrato o Coordenador, Paulo Ferreira.

Quanto à assunção do compromisso, por força da aplicação do Decreto-Lei nº 127/2012 de 21/06 que regulamenta a Lei nº 8/2012, 21/02 (LCPA) considera-se causa de não adjudicação a situação de inexistência de fundos disponíveis por parte do Município, que a aplicação daquelas leis surpreender na altura em que a mesma deva ocorrer, condição de que as próprias entidades concorrentes ou convidadas ficam cientes pelo programa de procedimento/convite. O procedimento extingue-se, se, por motivo superveniente não seja possível a obtenção de fundos disponíveis, no período de validade das propostas.

Dado tratar-se de uma aquisição de serviços, segue-se o disposto no artº 73º da LOE para 2021, relativamente a contratos de aquisição de serviços na Administração Local. Assim, verifica-se que, em 2021, no CPV 75251110-4 – Serviços de Prevenção de Incêndios, não foi adjudicado qualquer montante. Face à natureza do serviço, consideramos que o procedimento não está sujeito ao disposto no nº 6 do art.º 73º da LOE 2021, que estipula que os estudos, pareceres, projetos e consultoria, de organização e apoio à gestão devem ser realizados por via dos recursos próprios das entidades contratantes. – TC 878799/PG 869983

Tratando-se de competência da Câmara Municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu o Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho de aprovação do Presidente da Câmara.

DF – Nº 05 – Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, no seguimento de uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 28 de fevereiro de 2022, remete para aprovação a proposta de protocolo entre o Município de Abrantes, a Federação Portuguesa de Canoagem e o Clube Desportivo “Os Patos”, que tem por objeto a cooperação financeira e logística destinadas ao desenvolvimento desportivo na modalidade de canoagem, competindo ao Município de Abrantes um apoio financeiro total de 20.500,00€ (vinte mil e quinhentos euros) repartidos em três tranches anuais nos seguintes termos: em março de 2022, o valor de 10.000,00€ (dez mil euros); em janeiro de 2023, o valor de 6.000,00€ (seis mil euros) e em janeiro de 2024, o valor de 4.500,00€ (quatro mil e quinhentos euros). – PG 880755

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a proposta de protocolo entre o Município de Abrantes, a Federação Portuguesa de Canoagem e o Clube Desportivo “Os Patos”, nos termos e com os fundamentos constantes na minuta, delegando-se poderes no Presidente da Câmara para a sua assinatura.



4. Divisão do Desenvolvimento Social

DDS - Nº 01 – Para conhecimento, a Vereadora Raquel Olhicas, no seguimento de uma informação da Divisão do Desenvolvimento Social, datada de 25 de fevereiro de 2022, dá conta do Plano de Atividades para 2022 da REIVA-Rede Especializada de Intervenção na Violência de Abrantes. – PG 869315

Tomado conhecimento.



5. Divisão do Desporto e Associativismo

DDA - Nº 01 – Para conhecimento, o Vereador Luís Dias, remete o resumo quinzenal dos diversos eventos, a levar a efeito no período de 08 a 21 de março de 2022, no âmbito do plano de atividades para 2022, para as áreas do Desporto e Associativismo, conforme calendário anexo à presente ata. – PG 879370

Tomado conhecimento.

O Vereador Luís Dias partilhou algumas informações adicionais relativas às áreas do Desporto e Associativismo e da Cultura e Turismo.

Começou por evidenciar o torneio de futebol interconcelhio de escolinhas para crianças entre os 4 e os 9 anos, que retoma dois anos depois do início da pandemia. O evento envolve nove clubes de quatro concelhos e tem o alto patrocínio da Associação de Futebol de Santarém e da Federação Portuguesa de Futebol.

Nesta iniciativa que irá decorrer na Cidade Desportiva de Abrantes, estarão envolvidas cerca de 150 crianças, também com o apoio das Juntas de Freguesia.

Deu também conta da realização de uma caminhada, mais concretamente em Carvalhal integrada no ciclo anual organizado pelo Município de Abrantes, a 5 de abril. Vão retomar o torneio de ténis de mesa e os jogos tradicionais. No dia 18 de março, na cidade desportiva pelas 21:30 horas, será levado a efeito mais um Workshop para preparação do atleta do futuro, que visa a capacitação de dirigentes, técnicos e atletas.

No que diz respeito à Divisão de Cultura, fez referência à reabertura do QuARTel da Arte Contemporânea de Abrantes, Galeria Municipal de Arte, com a apresentação da exposição da Coleção Figueiredo Ribeiro, "Objetos Específicos, parte 2, a levar a efeito de 05 de março a 28 de maio de 2022. Trata-se de uma exposição que complementa o que está exposto no MIAA e deixou o convite para que todos visitem os equipamentos culturais e desportivos do Município. Falou também de uma nova exposição na Biblioteca António Botto, em Abrantes, com uma expressão de ponta à linha de Carla Duque, assim como alguns eventos associados ao projeto Caminhos Literários.

Por último, referiu que para assinalar o Dia Mundial da Poesia, no próximo dia 21 de março, realizar-se-á um espetáculo de promoção da leitura com o artista Diogo Piçarra, no auditório da Escola Secundária Dr. Solano de Abreu, em Abrantes e no dia 22 de março, data em que se assinala o Dia Mundial da Água, haverá no Parque Tejo, um espetáculo de movimento de água, associado a um conjunto de ações que o Município tem feito, através dos Serviços Municipalizados de Abrantes desde há muitos anos, para o uso consciente da água.



6. Divisão de Obras Públicas

DOP - Nº 01 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, remetendo para autorização a entrada de subempreiteiro na empreitada de "Requalificação da Escola EB1/JI de Alvega – Abrantes", no seguimento da informação nº37 da Divisão de Obras Públicas, datada de 18 de fevereiro de 2022, que dá conta de que a sociedade comercial João António Gonçalves Engenharia Unipessoal, Lda., adjudicatária da empreitada, remeteu cópia do contrato de subempreitada celebrado com a sociedade FARIGESSO – Estuques, Lda., possuidora do Certificado de Empreiteiro de Obras Públicas nº 123083-PUB, válido nesta data.

De acordo com a referida informação, nos termos do artigo 383.º do (CCP) é possível a existência de contratos desta natureza até ao limite de 75% do valor da obra adjudicada, no caso em apreço não poderão ultrapassar o montante de 331 350,00 €, tendo em consideração que esta foi adjudicada por 441 800,00 €.

O adjudicatário para o efeito anexa a cópia do contrato de subempreitada, no montante de 2.000,00 €, representando 0,45 % do valor da adjudicação da empreitada, valor este inferior à percentagem legalmente definida, pelo que estão reunidas as condições para a entrada do subempreiteiro referenciado, em obra. – PG 876914

Handwritten signature and initials

Deliberação: Por unanimidade, a pedido da sociedade comercial João António Gonçalves Engenharia Unipessoal, Lda., autorizar a entrada do subempreiteiro referido, de acordo e com os fundamentos constantes na informação nº37 da Divisão de Obras Públicas, datada de 18 de fevereiro de 2022.

Dar conhecimento ao Coordenador de Segurança em Obra, para cumprimento do disposto no nº 5 do artigo 15º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de outubro.

À Divisão de Obras Públicas para os devidos efeitos.



DOP - Nº 02 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, remetendo para autorização a entrada de subempreiteiro na empreitada de "Requalificação da Escola EB1/JI de Alvega – Abrantes", no seguimento da informação nº39 da Divisão de Obras Públicas, datada de 23 de fevereiro de 2022, que dá conta de que a sociedade comercial João António Gonçalves Engenharia Unipessoal, Lda., adjudicatária da empreitada, remeteu cópia do contrato de subempreitada celebrado com a sociedade comercial ALURA-Sociedade Técnica de Caixilharias, Unipessoal, Lda., possuidora do Certificado de Empreiteiro de Obras Públicas nº 106850-PUB, válido nesta data.

De acordo com a referida informação, nos termos do artigo 383.º do (CCP), é possível a existência de contratos desta natureza até ao limite de 75% do valor da obra adjudicada, no caso em apreço não poderão ultrapassar o montante de 331 350,00 €, tendo em consideração que esta foi adjudicada por 441 800,00 €.

O adjudicatário para o efeito anexa a cópia do contrato de subempreitada, no montante de 31 000,00 €, representando 7,02 % do valor da adjudicação da empreitada, que, acumulado com o valor de contratos de subempreiteiros anteriores perfaz o valor de 33 000,00€ que corresponde a 7,47%, valor este inferior à percentagem legalmente definida, pelo que estão reunidas as condições para a entrada do subempreiteiro referenciado, em obra. – PG – PG 878305

Deliberação: Por unanimidade, a pedido da sociedade comercial João António Gonçalves Engenharia Unipessoal, Lda., autorizar a entrada do subempreiteiro referido, de acordo e com os fundamentos constantes na informação nº39 da Divisão de Obras Públicas, datada de 23 de fevereiro de 2022.

Dar conhecimento ao Coordenador de Segurança em Obra, para cumprimento do disposto no nº 5 do artigo 15º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de outubro.

À Divisão de Obras Públicas para os devidos efeitos.

DOP - Nº 03 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, remetendo para autorização a entrada de subempreiteiro na empreitada de "Empreitada de "Requalificação e Ampliação do Colégio de Nossa Senhora de Fátima em Abrantes para Instalação do Centro Escolar de Abrantes", no seguimento da informação nº32 da Divisão de Obras Públicas, datada de 16 de fevereiro de 2022, que dá conta de que a sociedade comercial TECNORÉM, Engenharia e Construções, S.A., adjudicatária da empreitada, remeteu cópia do contrato de subempreitada celebrado com a sociedade comercial Valter Ferreira Arcanjo, Lda., possuidora do Alvará de Empreiteiro de Obras Públicas nº 60170-PUB, válido nesta data.

De acordo com a referida informação, nos termos do artigo 383.º do (CCP) é possível a existência de contratos desta natureza até ao limite de 75% do valor da obra adjudicada, no caso em apreço não poderão ultrapassar o montante de 2.234.224,11 €, tendo em consideração que esta foi adjudicada por 2.978.965,48 €.

O adjudicatário para o efeito anexa a cópia do contrato de subempreitada, no montante de 29 462,95 €, representando 0,99 % do valor da adjudicação da empreitada, estando atualmente subempreitados trabalhos no valor de 1 023 696,48 €, representando 34,36 % do valor da adjudicação da empreitada, valor este inferior à percentagem legalmente definida, pelo que estão reunidas as condições para a entrada do subempreiteiro referenciado, em obra. – PG 876214

Deliberação: Por unanimidade, a pedido da sociedade comercial TECNORÉM, Engenharia e Construções, S.A., autorizar a entrada do subempreiteiro referido, de acordo e com os fundamentos constantes na informação nº32 da Divisão de Obras Públicas, datada de 16 de fevereiro de 2022.

Dar conhecimento ao Coordenador de Segurança em Obra, para cumprimento do disposto no nº 5 do artigo 15º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de outubro.

À Divisão de Obras Públicas para os devidos efeitos.



DOP - Nº 04 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação nº 34 da Divisão de Obras Públicas, datada de 16 de fevereiro de 2022, dando conta que a sociedade comercial TECNORÉM – Engenharia e Construções, S.A., adjudicatária da empreitada de "Restauro, Reabilitação, Remodelação e Ampliação do Edifício Carneiro em Abrantes, para instalação do Museu de Arte Contemporânea Charters de Almeida", procedeu à entrega da garantia bancária nº 962300488036388, emitida pelo BANCO SANTANDER TOTTA, S.A., no valor de 104.444,07 €, correspondente a 5 % de parte do valor da empreitada.

Mais informa que, nos termos do nº 2 da Cláusula 36ª do Caderno de Encargos, deverá ser restituído ao empreiteiro o montante de 44.488,19 € relativo aos autos de medições nºs 1 a 32, uma vez que esta quantia se encontra coberta pela garantia acima mencionada. – PG 827034

Cet
rf

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a restituição ao empreiteiro, do montante de 44.488,19 € (quarenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e oito euros e dezanove centavos) relativo aos valores retidos aquando do pagamento dos autos de medições nºs 1 a 32, uma vez que esta quantia se encontra coberta pela garantia bancária acima mencionada.

À Divisão de Obras Públicas para os devidos efeitos.



DOP - Nº 05 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação nº 33 da Divisão de Obras Públicas, datada de 16 de fevereiro de 2022, dando conta que a sociedade comercial TECNORÉM – Engenharia e Construções, S.A., adjudicatária da empreitada de “Requalificação e Ampliação do Colégio de Nossa Senhora de Fátima em Abrantes para instalação do Centro Escolar de Abrantes”, procedeu à entrega da garantia bancária nº 962300488036387, emitida pelo BANCO SANTANDER TOTTA, S.A., no valor de 48.948,27€, correspondente ao reforço de caução 5 % de parte do valor da empreitada. Mais informa que já foram entregues anteriormente, 2 garantias bancárias nos montantes de 25.000,00 € e 75.000,00€, o que perfaz agora 5% do valor total da empreitada, o necessário para o reforço da caução.

Nos termos do nº 2 da Cláusula 36ª do Caderno de Encargos, deverá ser restituído ao empreiteiro o montante de 40.214,69 € relativo aos valores retidos aquando do pagamento dos autos de medições nºs 39 (remanescente 7.132,98 €), 40, 41 e 42, uma vez que esta quantia se encontra coberta pela garantia acima mencionada. – PG 827029

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a restituição ao empreiteiro, 40.214,69 € (quarenta mil, duzentos e catorze euros e sessenta e nove centavos), relativo aos valores retidos aquando do pagamento dos autos de medições nºs 39 (remanescente 7.132,98 €); 40; 41 e 42, uma vez que esta quantia se encontra coberta pela garantia bancária acima mencionada.

À Divisão de Obras Públicas para os devidos efeitos.



DOP - Nº 06 - Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, que no seguimento da Informação nº 44 da Chefe da Divisão de Obras Públicas, datada de 25 de fevereiro de 2022, sobre a empreitada de “Requalificação da Escola EB1 N.º 2 para instalação de Creche em Abrantes”, apresentou a seguinte proposta: - PG 880259

1. Que o órgão competente para a decisão de contratar - Câmara Municipal, aprove o Projeto de Execução relativo à empreitada de Projeto de Execução de “Requalificação da Escola EB1 N.º 2 para instalação de Creche em Abrantes”, ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com a alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, aplicável por força do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
2. Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dada a especificidade dos

- trabalhos, nos termos do disposto no artigo 343.º do CCP, atual redação;
3. Que o preço base para a presente empreitada seja fixado em 1.577.265,14 € (um milhão quinhentos e setenta e sete mil duzentos e sessenta e cinco euros e catorze cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, valor este fixado de acordo com as regras do artigo 47.º do CCP, na atual redação, com os seguintes fundamentos:
- A fixação deste preço base foi obtida através do orçamento elaborado pelo autor de projeto, um dos elementos que integram o conteúdo do projeto de execução nos termos do disposto na Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho, e, complementarmente, confirmado através dos custos médios unitários resultantes de empreitadas do mesmo tipo e análogas, anteriormente adjudicadas, em termos de duração do contrato, quantidades e outros aspetos contratuais, tendo ainda sido considerada a atualização dos referidos preços, bem como a sua adequação à realidade;
4. Que, nos termos da regra geral de escolha do procedimento e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, seja adotado, como procedimento prévio à contratação, o Concurso Público – sem publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), nos termos da alínea c) do n.º 1 e alínea a) do n.º 2 do artigo 16.º, em conjugação com o artigo 18.º e a alínea b) do artigo 19.º, e ainda de acordo com os artigos 130.º e seguintes, todos do CCP, na atual redação;
5. Que, nos termos do artigo 36.º do CCP, na atual redação, o órgão competente – Câmara Municipal – tome a decisão de contratar no uso de competência própria, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com a alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, aplicável por força do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
6. Que não seja permitida a apresentação de propostas variantes, a que se refere o artigo 59.º do CCP, na atual redação;
7. Que não seja adotada a fase de negociação, referida na alínea b) do n.º 1 do artigo 149.º do CCP, na atual redação;
8. Que o prazo para a apresentação das propostas seja fixado em 30 dias, nos termos do n.º 1 do artigo 135.º do CCP, na atual redação;
9. Que o prazo de execução da obra seja de 450 dias, conforme previsto na Cláusula 9.ª do Caderno de Encargos;
10. Que, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, na atual redação, a adjudicação seja feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para o município, determinada através da modalidade monofator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar – o preço;
11. Que, nos termos do artigo 8.º da Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, na atual redação, as habilitações adequadas e necessárias à execução da obra a realizar sejam as seguintes:
- A 5ª subcategoria da 1.ª categoria, a qual tem de ser de classe que cubra o valor global da proposta e integrar-se na categoria em que o tipo de obra se enquadra;
 - e
 - A 7.ª subcategoria da 1.ª categoria, em classe correspondente ao valor dos trabalhos especializados a que respeitem;

12. Que, nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 71.º do CCP, o órgão competente para a decisão de contratar - Câmara Municipal, tome a decisão de considerar o preço ou o custo de uma proposta anormalmente baixo, quando o preço médio das propostas admitidas seja de valor inferior em mais de 20% a essa média, com os seguintes fundamentos:

- A fixação de um preço ou custo anormalmente baixo, através de uma percentagem de redução com referência ao preço base, contribui para a apresentação de propostas apoiadas em preços artificialmente definidos, ou seja, propostas cujo valor é obtido, não como resultado do adequado estudo das atividades que integram o mapa de quantidades e consequentemente dos preços unitários que, de facto, lhes correspondem, mas sim a partir da obrigação da sua acomodação junto a um valor pré-definido, obtido, exclusivamente, a partir do preço base subtraído da percentagem correspondente à redução a partir do qual o preço é classificado como anormalmente baixo.

Com a fixação do preço ou custo anormalmente baixo nos moldes indicados, o preço base deixa de ser o valor a partir do que se mede a redução para efeitos de apuramento de um preço ou custo anormalmente baixo.

Como esse valor deixa de ser previamente conhecido, por resultar da média das propostas admitidas, já não é possível aos concorrentes, em fase de concurso, antecipar a partir de que montante o valor da sua proposta passa a ser considerado como anormalmente baixo, como acontecia anteriormente, circunstância que reduz a tendência para a apresentação de propostas artificialmente construídas.

No que se refere à percentagem de 20% estipulada, como redução a partir da qual é definido o preço anormalmente baixo, a mesma foi escolhida tendo em conta que, por norma, a margem, onde são incorporados os custos indiretos, custos de administração e sede, de risco e lucro das obras, acrescentada ao preço de custo, oscila entre os 15% e 25%.

Assim, qualquer redução sobre um preço de mercado, que ultrapasse essa ordem de grandeza, implica que a redução já poderá ultrapassar a referida margem, retirando valor ao preço de custo, com todas as implicações que daí advêm, quer em termos de garantias de cumprimento do contrato, quer em termos de práticas anti concorrenciais;

13. Que, nos termos do n.º 2 do artigo 46.º-A do CCP, na atual redação, não seja adotada a adjudicação por lotes, com os seguintes fundamentos:

- Nas empreitadas a separação em lotes é, na generalidade dos casos, impraticável, sem prejuízos graves em termos de gestão contratual e garantia futura dos trabalhos realizados. A natureza dos trabalhos que se prevê executar ao abrigo do contrato cuja decisão de contratar ora se propõe, é tecnicamente incindível, pois o edifício tem uma unidade construtiva e funcional que deve ser preservada, pelo que a autonomização de qualquer parte da obra e a consequente obrigação de articulação e ocupação simultânea do mesmo espaço por entidades executantes distintas poderia causar graves inconvenientes e prejuízos para o Município de Abrantes em matéria de gestão contratual;

14. Que, nos termos do n.º 2 do artigo 40.º do CCP, na atual redação, sejam aprovadas pelo órgão competente para a decisão de contratar - Câmara Municipal, as peças do procedimento em anexo, nas quais se destacam:

- a) O Programa de concurso, elaborado de acordo com o disposto no artigo 132.º do CCP, na atual redação;

- b)** O Caderno de encargos, elaborado de acordo com o disposto no artigo 42.º do CCP, na atual redação, contendo as cláusulas a incluir no contrato a celebrar e o Projeto de Execução nos termos do artigo 43.º do CCP;
15. Que, para efeitos de prévia cabimentação da despesa e assunção de compromissos nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação, inerente ao contrato a celebrar, seja considerado o valor fixado no ponto 4 que corresponde a 1.577.265,14 € (um milhão quinhentos e setenta e sete mil, duzentos e sessenta e cinco euros e catorze cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
16. Que, nos termos do n.º 1 do artigo 62.º do CCP, na atual redação, sejam disponibilizadas as peças do procedimento e praticados todos os atos na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pelo Município de Abrantes, a acingov, no endereço eletrónico <https://www.acingov.pt>;
17. Que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 67.º do CCP, na atual redação, o procedimento seja conduzido por um Júri, propondo-se que seja constituído pelos elementos adiante designados, anexando-se, em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 67.º do CCP, as declarações de inexistência de conflito de interesses subscritas pelos membros do Júri proposto, elaboradas em conformidade com o modelo constante no ponto 1 do Anexo XIII do referido CCP:
- Membros Efetivos
 - Presidente: Sara Cristina Jorge Morgado, Chefe da DOP;
 - 1.º Vogal: Cristina Isabel Loureiro da Silva Nunes Chapado Tenera, Técnica Superior da DOP;
 - 2.º Vogal: Sandra Maria de Jesus Oliveira Matias Ferreira, Técnica Superior da DOP;A substituição da Presidente nas suas faltas e impedimentos será assegurada pela 1.ª Vogal Efetiva.
 - Membros Suplentes
 - 1.º Suplente: Carla Alexandra Justo Félix Louro, Técnica Superior da DOP;
 - 2.º Suplente: Maria João Duarte Espadinha, Técnica Superior da DOP;A substituição do 1.º e 2.º Vogais Efetivos, nas suas faltas e impedimentos, será assegurada pelos Membros Suplentes.
18. Que, nos termos do n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP, na atual redação, sejam designados dois gestores do contrato, propondo-se as Técnicas Superiores da DOP, Cristina Isabel Loureiro da Silva Nunes Chapado Tenera e Sandra Maria de Jesus Oliveira Matias Ferreira, anexando-se, para o efeito, as declarações de inexistência de conflito de interesses subscritas pelas referidas técnicas, elaboradas em conformidade com o modelo constante no ponto 2 do Anexo XIII do referido CCP;

O objeto da empreitada enquadra-se no código 45454000-4 Obras de reestruturação do Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV).

O Presidente da Câmara destacou a importância deste investimento e as razões para a submissão do mesmo à aprovação da Câmara Municipal.

O Vereador João Gomes fez uma breve caracterização da intervenção que irá ser feita no edifício e no espaço envolvente, bem como sobre as valências e a capacidade de acolhimento

da creche a implantar. Dirigiu um agradecimento a todos os envolvidos neste projeto, quer interna ou externamente, pela celeridade e eficiência na sua elaboração, permitindo que fosse possível trazê-lo agora à aprovação.

O Vereador Vasco Damas agradeceu ao Vereador João Gomes a forma como conduziu este processo, numa lógica de envolvimento e partilha com todos os elementos do órgão executivo. Manifestou o seu agrado pelas explicações e pelas respostas às questões que colocou quando o projeto lhe foi apresentado. Disse que este projeto, agora em fase de projeto, é fantástico e que o Município de Abrantes está, por isso, de parabéns. Enquanto abrantino fica particularmente satisfeito.

O Vereador Vitor Moura disse não ter muito acrescentar relativamente à importância deste projeto, face ao que já havia referido na proposta apresentada na reunião de câmara relativamente à construção de uma creche municipal e que foi aprovada. Disse ainda ser seu desejo que a creche, no futuro, se venha a revelar pequena para as necessidades.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, nos termos e com os fundamentos da Informação n.º 44 da Chefe da Divisão de Obras Públicas, datada de 25 de fevereiro de 2022.



7. Divisão do Urbanismo

DU - Nº 01 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação nº 07/2022 CD do Chefe da Divisão do Urbanismo, datada de 25 de fevereiro de 2022, que remete para aprovação, proposta de decisão sobre a alteração e ampliação de complexo turístico desativado para Unidade de Cuidados Continuados, sito na EN 118, em Pego Abrantes, requerido por "Protecnil – Sociedade Técnica de Construções, S.A." – PG 700186

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a alteração e ampliação de complexo turístico desativado para Unidade de Cuidados Continuados, sito na EN 118, em Pego Abrantes nos seguintes termos e de acordo com os fundamentos da referida informação nº 07/2022 CD do Chefe da Divisão do Urbanismo, datada de 25 de fevereiro de 2022:

- Aceitar a redução do número de lugares de estacionamento a criar, sendo prevista a criação de 445 lugares de estacionamento e assumindo-se a não criação dos restantes 114 lugares que resultam da aplicação dos rácios da Portaria nº 216-B/2008, de 3 de março, impondo a compensação prevista no Artigo 50º do Regulamento (municipal) da Urbanização e da Edificação, tendo tal possibilidade sido requerida pela firma interessada, com a devida fundamentação;

- Fixar tal compensação no valor de 45.600,00€ (quarenta e cinco mil e seiscentos euros), resultante do produto de 20€/m² por 2280m² (área correspondente a 114 lugares) de estacionamento não criado;

Aprovar igualmente o projeto de arquitetura, devendo solicitar-se os complementares projetos de especialidades no prazo legal previsto para o efeito.

À Divisão de Urbanismo para os devidos efeitos.



DU - Nº 02 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, no seguimento de uma informação do Chefe da Divisão de Urbanismo, datada de 24 de fevereiro de 2022, que propõe a declaração da caducidade do licenciamento referente ao pedido de licenciamento de construção de estrutura residencial para idosos e muro de vedação, sito na Rua da Igreja, em Chainça, Abrantes, requerido por Centro Interparoquial de Abrantes – PG 271629

Deliberação: Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita do interessado, nos termos artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, e dos artigos 121º e 122º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Declarar a caducidade da referida licença, nos termos do nº 5 do artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação de 2010, pelos factos constantes do nº 2 do mesmo artigo, por não haver o interessado requerido a emissão do competente título no prazo legalmente conferido para o efeito.

Pode o interessado pronunciar-se no prazo de 10 dias úteis, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.

Mais informar que se, após o decurso do prazo da audiência prévia, nada for dito ou não contribuir eventual pronúncia para reverter o sentido da decisão, a presente deliberação converter-se-á em definitiva.

À Divisão do Urbanismo para proceder em conformidade.



DU - Nº 03 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, que no seguimento da informação do Chefe da Divisão do Urbanismo, datada de 21 de fevereiro de 2022, remete para aprovação, a nova versão do projeto de arquitetura, referente ao licenciamento de obras de demolição, alteração e ampliação, da reconversão da Quinta dos

Telheiros destinado a empreendimento turístico, estabelecimento industrial, sala de eventos, ginásio, piscina e habitação, apresentado por By Ondalux II,Lda. . – PG 799602

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a nova versão do projeto de arquitetura, nos termos e com os fundamentos da referida informação do Chefe da Divisão do Urbanismo, datada de 21 de fevereiro de 2022.



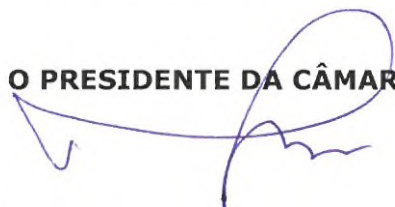
Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Câmara declarou a reunião encerrada pelas dez horas e quarenta minutos.

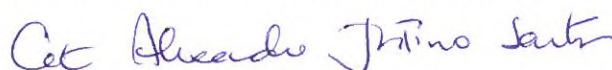
De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Chefe da Divisão Administrativa a redigiu e também a assina.

O PRESIDENTE DA CÂMARA



A CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA





Câmara Municipal de Abrantes

Reunião ordinária pública de 04 de março de 2022

Cet
af

Divulgação da ordem do dia

Manuel Jorge Séneca da Luz Valamatos Reis, Presidente da Câmara Municipal de Abrantes, torna público que, nos termos da alínea o) do nº 1 do artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, estabeleceu a seguinte ordem do dia para a reunião ordinária da Câmara Municipal de Abrantes, que se realizará no dia 04 de março de 2022, com início às 09:30 horas, no auditório do Edifício Pirâmide, em Abrantes:

- I. Período de intervenção aberto ao público
- II. Intervenções dos membros do executivo antes da ordem do dia
- III. Aprovação da ata da reunião anterior
- IV. **Ordem do dia**
 - Ofício da Assembleia Municipal, que remete as deliberações aprovadas em minuta e os respetivos processos relativos à ordem de trabalhos da sessão ordinária daquele órgão que decorreu no passado dia 25 de fevereiro – para conhecimento.
 - Despacho do Presidente da Câmara, que aprovou o parecer favorável ao pedido de autorização prévia para a ação de rearboreção apresentado ao ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. – sobreiro – para ratificação.
 - Pedido da CIMT - Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, para reforço ao cabimento e compromisso efetuado no âmbito da comparticipação de despesa relativa ao PART - Programa de Apoio à Redução Tarifária - 2º semestre do ano 2021 – para aprovação.
 - Despesa apresentada pelo Agrupamento Nº 1 de Abrantes, referente ao pagamento do domínio de internet referente ao ano 2022 – para aprovação.

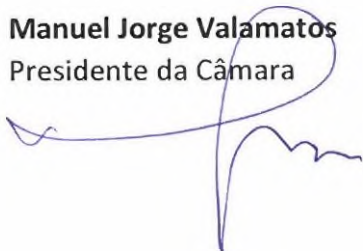
- Atribuição de apoio à União de Freguesias de Abrantes e Alferrarede, com vista à aquisição de uma carrinha de 9 lugares, para transporte escolar das crianças – para aprovação e submeter à Assembleia Municipal.
- Despacho do Presidente da Câmara, que aprovou a abertura de procedimento para “Manutenção da Rede Secundária DFCI Faixas de Gestão de Combustível confinantes com a Rede Viária Municipal Manutenção de Rede Viária Florestal – 3.ª Ordem” – para ratificação.
- Proposta de protocolo entre o Município de Abrantes, a Federação Portuguesa de Canoagem e o Clube Desportivo “Os Patos” – para aprovação.
- Plano de Atividades para 2022 da REIVA-Rede Especializada de Intervenção na Violência de Abrantes – para conhecimento.
- Resumo quinzenal dos diversos eventos, a levar a efeito no período de 08 a 21 de março de 2022, no âmbito do plano de atividades para 2022, para as áreas do Desporto e Associativismo – para conhecimento.
- Entrada de subempreiteiro na empreitada de “Requalificação da Escola EB1/JI de Alvega – Abrantes” – para autorização.
- Entrada de subempreiteiro na empreitada de “Requalificação da Escola EB1/JI de Alvega – Abrantes” – para autorização.
- Entrada de subempreiteiro na empreitada de “Empreitada de “Requalificação e Ampliação do Colégio de Nossa Senhora de Fátima em Abrantes para Instalação do Centro Escolar de Abrantes” – para autorização.
- Restituição à sociedade comercial TECNORÉM – Engenharia e Construções, S.A., adjudicatária da empreitada de “Restauro, Reabilitação, Remodelação e Ampliação do Edifício Carneiro em Abrantes, para instalação do Museu de Arte Contemporânea Charters de Almeida, os valores retidos aquando do pagamento dos autos de medições nºs 1 a 32 – para aprovação.
- Restituição à sociedade comercial TECNORÉM – Engenharia e Construções, S.A., adjudicatária da empreitada de “Requalificação e Ampliação do Colégio de Nossa Senhora de Fátima em Abrantes para instalação do Centro Escolar de Abrantes”, os valores retidos aquando do pagamento dos autos de medições nºs 39 (remanescente 7.132,98 €); 40; 41 e 42 – para aprovação.

Ce

- Proposta para empreitada de “Requalificação da Escola EB1 N.º 2 para instalação de Creche em Abrantes” – para aprovação.
- Proposta de decisão sobre a alteração e ampliação de complexo turístico desativado para Unidade de Cuidados Continuados, sito na EN 118, em Pego Abrantes, requerido por “Protecnil – Sociedade Técnica de Construções, S.A – para aprovação.
- Declaração da caducidade do licenciamento referente ao pedido de licenciamento de construção de estrutura residencial para idosos e muro de vedação, sito na Rua da Igreja, em Chainça, Abrantes, requerido por Centro Interparoquial de Abrantes – para aprovação.
- Nova versão do projeto de arquitetura, referente ao licenciamento de obras de demolição, alteração e ampliação, da reconversão da Quinta dos Telheiros destinado a empreendimento turístico, estabelecimento industrial, sala de eventos, ginásio, piscina e habitação, apresentado por By Ondalux II, Lda – para aprovação.

Abrantes, 02 de março de 2022

Manuel Jorge Valamatos
Presidente da Câmara





SERVIÇOS MUNICIPAIS
PLANO DE ATIVIDADES 2022

RESUMO QUINZENAL DE 08. MARÇO A 21. MARÇO

ATIVIDADE/EVENTO	SERVIÇO	LOCAL	DIA	HORA
JOGOS TRADICIONAIS ABRANTES 2022	DESPORTO	MARTINCHEL	12.MARÇO	10H00
TORNEIO TÊNIS DE MESA	DESPORTO	PAVILHÃO DESPORTIVO ESCOLA D. MIGUEL DE ALMEIDA	12.MARÇO	14H00
WORKSHOP – PREPARAR O ATLETA DO FUTURO	DESPORTO	CIDADE DESPORTIVA - AUDITÓRIO DO ESTÁDIO MUNICIPAL	18.MARÇO	21H30
CAMINHADAS ABRANTES 2022	DESPORTO	FREGUESIA DE FONTES	19.MARÇO	14H00